

**ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DO CONSELHO FISCAL DO FUNPRECAM****- 29/02/2024 -**

Ata de Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal do Fundo Previdenciário do Município de Camaragibe, realizada em vinte e nove de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, às 10h, na sede do FUNPRECAM. Estiveram presentes a Prefeita Dra. Nadegi Alves de Queiroz, Ana Lúcia Pires Silva, Secretária Adjunta de Governo. Marcos Ribeiro Filho, Secretário de Administração. Keyth Augusta da Silva, Diretora de Gestão de Pessoas. Luciana Mendonça Dias de Oliveira e Marcos Eduardo Bezerra de Lima, membros do Conselho Fiscal. Claudenice Maria da Conceição de Jesus, Cristiani Maria de Lima, Dedivaldo Genuíno da Silva e Érika Regina Pereira Rodrigues, membros do Conselho Deliberativo. Ana Maria Neves Baptista, Lucas Correia de Andrade e Patrícia Fernandes de Medeiros, membros do Comitê de Investimentos. Almir Costa Ramos, Daniele da Silva Ferreira, Elaine Cristina de Souza Ramos, Maria Amélia Fonseca de Lira Gomes e Paulo Roberto Rodrigues Valença da gestão do FUNPRECAM. Wilson Inácio da Silva informou que não poderia comparecer devido a necessidade de cumprimento de demanda relacionada à Federação Estadual de Guardas Municipais. Rosileide Machado da Silva Prado havia informado previamente que não poderia comparecer porque estaria participando de reunião como diretora no Fórum Nacional das Representações dos ACS e ACE. Daniele inicia a reunião apresentando o Senhor Luiz Cláudio Kogut, sócio-gerente da empresa Actuarial, a qual é contratada pelo FUNPRECAM para realização de estudos atuariais, o mesmo fará a apresentação da avaliação atuarial 2024 e será um momento para esclarecimento de dúvidas. Amélia informa que também foram convidados para a reunião representantes das secretarias de Administração, Finanças e Saúde. Por serem secretarias responsáveis pelos repasses, entende-se que é de suma importância a participação destes para conhecimento dos resultados e propostas, porém, o senhor Gilvani Cavalcanti, Secretário de Finanças, estará ausente devido ao pagamento da folha e a Sra. Ana Lúcia representa a Secretaria de Saúde. A Dra. Nadegi e o Secretário de Administração informaram que estavam a caminho. Foi acordado aguardar a chegada destes antes de se dar início à exposição dos dados. O senhor Luiz Kogut informa que está cumprindo atualmente uma agenda de reuniões presenciais com clientes da Actuarial e que Camaragibe é o sétimo município visitado. Ele destaca que Camaragibe se encontra em situação privilegiada em relação a vários municípios, alguns tiveram que adotar a segregação de massa, acarretando na necessidade de realizar altos aportes para coberturas das deficiências financeiras.

O FUNPRECAM conseguiu no ano de 2023 um retorno de investimentos de R\$38.000,000,00 (trinta e oito milhões). Valores que serão utilizados para pagamento de benefícios previdenciários e que foram acrescentados através de capitalização. Os municípios que não obtêm retorno em investimentos, cada centavo que é pago em benefícios é pago pelos servidores e pelo município. A maioria dos municípios tem dificuldade de possuir um sistema de recursos capitalizado e manter uma boa gestão como faz o FUNPRECAM. Fatores que tornam a Previdência de Camaragibe um exemplo de RPPS que faz a sua função com muita qualidade. O atuário parabeniza os servidores do FUNPRECAM e diz que a situação dele como consultor é parecida com a de um médico, que faz os exames anuais para verificar a condição do paciente. Mas essa função está cada vez mais difícil, pois a maioria dos municípios está enfrentando dificuldades e encontra-se em situação preocupante, com dificuldade para pagar os inativos, principalmente na região Nordeste. Kogut afirma que Camaragibe tem um "diamante" que precisa ser preservado. Paulo reforça a importância da preocupação em não descuidar e objetivar o alcance de resultados cada vez melhores. Lucas fala que existem várias regulações, se o gestor seguir a cartilha diminui bastantes as chances de dar errado. Kogut lembra que as normas demoraram a existir, deveriam ter sido estabelecidas antes da criação dos RPPS's. Não se pode transferir a responsabilidade para os órgãos de fiscalização, mas se a legislação existisse anteriormente várias coisas seriam evitadas. Amélia fala que dois fatores que fazem a previdência de um município dar certo é buscar o atendimento às normas. O FUNPRECAM sempre buscou se adequar à legislação, como também o esforço para realizar uma boa gestão protegendo o Fundo de investimentos que viessem a prejudicar os recursos. Às 10h20m, após a chegada da Prefeita Dra. Nadege, do Secretário de Administração Marcos Ribeiro e da Diretora de Gestão de Pessoas Keyth Silva o atuário Cláudio Kogut inicia a apresentação, informando que realiza consultoria para o FUNPRECAM há quatorze anos e apresenta seu currículo pessoal. Esclarece que o objetivo da reunião é tratar da saúde financeira do Fundo, visando o alcance do equilíbrio financeiro e atuarial estabelecido no artigo 40 da Emenda Constitucional 103/2019. São reunidos dados cadastrais, informações financeiras, plano de custeio e é realizada uma projeção para o futuro. O atuário faz uma relação entre receitas futuras estimadas e despesas futuras estimadas. Quando o estudo apresenta mais receitas do que despesas se considera que há um superávit atuarial. Quando ocorre o contrário é considerado um cenário de déficit atuarial. A avaliação atuarial anual é uma obrigatoriedade estabelecida pela Lei nº 9.717 de 17/11/1998 e mencionada na Portaria nº 1.467/2022 que versa sobre o CRP-Certidão de Regularidade Previdenciária. Continuando, o atuário expõe dados estatísticos

gerais com números de quantidade de servidores ativos e inativos e valores referentes à folha mensal. Os dados apontam que atualmente o FUNPRECAM possui 2,60 servidores ativos para cada inativo e a folha de benefícios mensal equivale a 34,85% da folha de remuneração dos servidores ativos. A Dra. Nadegi questiona se esse número é considerado ruim. Amélia relembra que em 2006 o número era de dezessete ativos para um inativo. Kogut informa que essa variação começa a diminuir a capacidade que o regime tem para formar patrimônio, porque a folha de inativos sobe mais que a folha de ativos. Fator relacionado à política de recursos humanos, pois para o FUNPRECAM a contratação de servidores efetivos é favorável. Sempre que o gestor for avaliar o provimento de algum cargo, para a previdência, a contratação de efetivos é melhor, porque ajuda no financiamento de longo prazo do sistema. Em dezembro de 2019 a relação era 3,9. Se a quantidade de efetivos fosse mantida, a relação atual seria melhor. O atuário destaca que o número apresentado atualmente acende um alerta. O mesmo expõe uma evolução histórica dos números e apresenta dados a respeito dos servidores ativos que estão em iminência de se aposentar. É apresentado um gráfico de demonstração da curva de despesas anuais com benefícios com estimativa até o ano de 2084. São expostas tabelas com itens relacionados aos custos futuros do plano, balanço atuarial e dados adicionais, resultados atuariais e proposta de plano de custeio alternativo. Os comentários finais do estudo apresentado são: o plano está equilibrado e capitalizando de forma satisfatória. Todo RPPS tem déficit atuarial. É importante o acompanhamento contínuo dos impactos atuariais de modificações na legislação e normatização federal e da legislação municipal. O FUNPRECAM é um exemplo de equilíbrio financeiro e atuarial e de boa gestão financeira e previdenciária. Os slides utilizados na apresentação seguem anexados a esta ata. Luiz Kogut evidencia que os resultados alcançados pelo FUNPRECAM são muito bons e apresentam um cenário difícil de se encontrar, quando comparado a outros clientes da empresa. O mesmo fala que a melhora do resultado nesse exercício se dá, principalmente, devido à boa rentabilidade que o Fundo tem obtido, o que ocasionou em uma evolução do patrimônio e redução no déficit atuarial apresentado no estudo anterior. O atuário explica que o Plano de Custeio Alternativo apresentado observa os critérios previstos no artigo 45 do anexo VI da Portaria nº 1.467/2022 com redação da Portaria nº 861/2023. A sugestão seria reduzir a alíquota paga pela Prefeitura para 12,47% em 2024, 13,97% em 2025 e 15,47% em 2026, prorrogando o pagamento por mais trinta e cinco anos, gerando economia para o município. Luciana pergunta se diante do cenário haveria a possibilidade de redução do desconto do servidor. O atuário explica que a redução seria apenas na alíquota suplementar repassada pela Prefeitura que atualmente está

em 14,96%. Caso o município decida pela mudança, a alteração não pode mais ser realizada por decreto. Deverá ser alterada por lei, a alíquota suplementar, conforme determinação do STF. O especialista reafirma que o FUNPRECAM é um Fundo muito equilibrado. Muitos municípios se encontram em situação financeira difícil, gerando despesas altas para a Prefeitura. Atualmente existe município que tem um terço do orçamento comprometido com a previdência, sendo urgente a reforma da legislação previdenciária. Dra. Nadegi pergunta se o município é obrigado a realizar a reforma da previdência. O consultor explica que apesar da reforma atingir os servidores é importante que a reforma seja implantada para benefício do sistema. Luciana pergunta se a reforma da previdência já foi implantada. Amélia explica que as mudanças implementadas foram somente as exigidas por lei, mas elas não atenderam ao objetivo de solucionar o déficit atuarial. O consultor fala que o que foi feito não trouxe resultados. Luciana fala a respeito da importância da realização do concurso para melhoria do déficit. Kogut explica que a maioria dos municípios realizaram reformas básicas, mas poucos realizaram uma reforma completa. O que seria muito importante, porque acarretaria em efeitos consideráveis nos resultados. Luciana pergunta se com a redução da alíquota, existe a possibilidade de o déficit se estender por mais tempo. O consultor explica que o papel da consultoria atuarial é realizar um raio-x da situação e oferecer opções, mas a decisão cabe às instâncias que se encontram reunidas no momento. Ainda com a palavra o atuário fala que é importante que sempre que o executivo pretenda fazer uma revisão em fatores que influenciem em questões previdenciárias, como por exemplo, revisão de Plano de Cargos e Carreira ou outras alterações salariais, as decisões sejam tomadas com uma observação prévia do estudo atuarial, pois sempre que ocorre alteração na remuneração do servidor, há alteração nos números atuariais. É necessário que haja consciência dessa consequência. Dra. Nadegi pergunta se é um ponto obrigatório. O atuário responde que não é obrigatório, mas recomendado. Porque caso não ocorra, acaba ocasionando em impacto no déficit. Caso seja observado com antecedência, o gestor do município pode antecipadamente fazer alterações na legislação para evitar o problema. Amélia fala que oitenta por cento das aposentadorias do município é com paridade e é preciso atentar para o quanto o impacto nos reajustes salariais afeta a folha dos inativos. A mesma ainda frisa que existe equilíbrio no Fundo devido a uma boa gestão exercida em conjunto entre o FUNPRECAM, conselhos, comitê, executivo e legislativo que vêm realizando os repasses dentro dos prazos. Lucas pergunta se caso a Prefeitura efetue reajuste para os servidores esse ano, seria prudente fazer cálculos estimando outros percentuais de alíquota. O consultor explica que só haverá conhecimento do impacto oficial no estudo do próximo ano. Amélia fala que o que subsidia a lei é o resultado

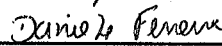
atuarial. O Secretário de Administração parabeniza a todos os envolvidos pelo êxito nos resultados alcançados e fala que é um momento oportuno para a Prefeitura a possibilidade de redução da alíquota. Solicita à gestão do FUNPRECAM e aos Conselhos a possibilidade de efetivar a redução da alíquota, devido à situação financeira que o município de encontra no momento. O mesmo esclarece que o aumento na alíquota que ocorreu anteriormente pesou bastante e considerando a anuência da Prefeita para realização de concurso, existe a previsão de melhoria do cenário, com o aumento da quantidade de servidores efetivos e a previsão é que os aprovados sejam nomeados no próximo ano. Dra. Nadege fala que a perspectiva é nomear 206 (duzentos e seis) professores e 96 (noventa e seis) guardas municipais e que como servidora aposentada registra que foi difícil o fato de não poder dar o reajuste aos efetivos no ano anterior e reforça que a redução da alíquota seria pertinente. Marcos Ribeiro fala que reconhece que à medida que o número de aposentados aumenta, se torna cada vez mais importante a observação do estudo, inclusive para corroborar e embasar as solicitações de reajuste salarial. O mesmo fala que já está em negociação com a Prefeita o reajuste do ano de 2024 e assim que for definido financeiramente o que será possível aplicar, será informado ao FUNPRECAM para que seja calculado o novo cenário. Com relação à reforma da previdência, Marcos fala que em discussão com servidores e sindicatos, a gestão montou um modelo de reforma como fez a maioria dos municípios. Uma reforma mais branda, com a aparência de que traria os resultados atuariais esperados. Mas existe a perspectiva que com a realização do concurso haja uma melhoria. A gestão tem consciência que a reforma que foi elaborada, poderia ter trazido melhores resultados, mas com as discussões realizadas, foi feito de forma que não trouxesse muito peso para o servidor, mas existia a consciência que cada ano a menos de contribuição, haveria impacto atuarial. Luciana pergunta se além da redução da alíquota para a Prefeitura há perspectiva de alteração no percentual de contribuição do servidor. Amélia esclarece que a alteração será exclusivamente na alíquota do equacionamento. Luciana afirma que reconhece o esforço de todos, que o resultado é fruto de compromisso e sugere que haja mais oportunidade para os conselheiros e a gestão do Fundo participarem de todos os congressos e outros eventos relacionados à previdência, pois entende que é um investimento no enriquecimento do conhecimento todos. Considera que seria importante a participação de todos, mesmo em eventos que são para o Comitê de Investimentos, pois seria importante, por exemplo, para os membros do Conselho Deliberativo terem uma melhor compreensão das propostas de investimento. Lucas fala que entende que deve sempre acontecer uma parceria entre o Fundo e a Prefeitura para garantir a continuidade dos bons resultados e que existe uma

expectativa para implantação do programa Pró-gestão no FUNPRECAM, para que além da possibilidade de acesso a outros fundos de investimentos, haja uma melhoria na governança e como consequência traga melhores resultados. Dra. Nadegi pergunta quais são as vantagens do Pró-gestão. Lucas explica que traria a melhoria da estrutura de governança, controle mais eficiente em relação a determinadas atividades e passaria a poder adquirir mais produtos de investimentos. A Prefeita questiona se o Pró-gestão iria melhorar o déficit atuarial. Amélia explica que iria melhorar a capacidade de investir e como consequência haveria uma maior rentabilidade, que contribuiria para a redução do déficit. Eduardo fala que é importante o retorno das discussões sobre tornar o FUNPRECAM em autarquia. Caso não haja a possibilidade, o mesmo propôs que se encontre uma forma de valorização para os servidores lotados no FUNPRECAM, pois são grandes as responsabilidades das atividades que aumentam com o passar do tempo e muitos servidores não se interessam em trabalhar no Fundo devido à carga de trabalho e baixo salário. Amélia fala que sempre se posiciona contra, em discussões a respeito da extinção dos RPPS's. O FUNPRECAM tem um poder previdenciário diferenciado e apesar de fazer uma gestão compartilhada com a prefeitura, o Fundo só executará o que for possível na legislação. O plano de custeio é revisado anualmente e poderá ser reajustado obedecendo ao que define as portarias que regulamentam o assunto. Continuando, Amélia fala da importância de ser realizado um cadastro previdenciário, pois o recadastramento dos servidores que foi feito na Prefeitura não ajudou no âmbito previdenciário, pois faltam dados que são importantes para o estudo atuarial, como o tempo de contribuição para o INSS e informações a respeito de cônjuges e filhos. O atuário reforça a necessidade do cadastro previdenciário porque as informações atualizadas farão diferença na avaliação dos dados. Patrícia fala que em todos os congressos que participa, sempre é falado sobre a grande responsabilidade dos que trabalham no RPPS e aproveita para reforçar as palavras de Eduardo sobre a necessidade de valorização dos servidores que trabalham no FUNPRECAM. A mesma solicita a Prefeita e ao Secretário de Administração um olhar de valorização para todos que compõem o Fundo, que são responsáveis, comprometidos e resilientes diante da dificuldade de lidar com as pressões. Amélia afirma que a responsabilidade do gestor previdenciário é imensa. São responsabilidades semelhantes às de um Prefeito, porque um Fundo previdenciário tem a estrutura de funcionamento similar à uma prefeitura. Cristiane fala que no último congresso de conselheiros que participou foram bastante discutidas as leis e normativas que definem as responsabilidades e penalidades para os conselheiros e gestores. Lucas pergunta ao atuário se existem dados a respeito de redução da alíquota em função da reforma da previdência. O consultor responde


que a reforma da previdência teria impacto no déficit. Existe uma previsão de que se a reforma da previdência for implantada por completo, haveria a redução de um valor em torno de R\$100.000.000 (cem milhões) no déficit atuarial. A Prefeita afirma que durante o período no qual foi iniciada a discussão sobre o projeto da autarquia, percebeu-se uma dificuldade de entendimento dos vereadores, se coloca à disposição para discutir junto a eles quando o assunto for retomado. Eduardo fala que é importante uma maior atuação dos conselheiros nessa questão. Amélia fala que no período que houve a discussão, todos os conselheiros e sindicatos estavam envolvidos, houve a participação em várias plenárias, inclusive com a participação de um especialista em previdência, mas infelizmente ocorreram vários entraves e não houve a aprovação. O Secretário de Administração fala que a Prefeita tem interesse no tema e é um bom momento para reformular o projeto da autarquia e com relação à valorização dos servidores do Fundo, a mesma já deu o aval para a criação de um projeto de lei para isso, mas não conseguiram que fosse aprovado em 2023, sendo possível fazer apenas um paliativo no final do ano. Marcos falou ainda que após serem concluídos os estudos de impacto referentes ao reajuste geral dos servidores, haverá um estudo para concessão da gratificação aos servidores do Fundo e que no momento estão sendo verificadas as possibilidades para redução com gasto de pessoal. O atuário diz que uma das sugestões é que os valores de imposto de renda que forem retidos possam ficar no FUNPRECAM e os valores repassados referentes às alíquotas podem ser transformados em aportes. O que daria um alívio no limite da folha, porque não seria mais considerado como despesas com pessoal. Mas para que isso ocorra existe a necessidade de criação de lei específica. Amélia afirma que nas duas últimas apresentações dos estudos atuariais foram apresentadas essas possibilidades. O Secretário Marcos falou que não foi tomada nenhuma decisão porque foi acertado aguardar a apresentação do estudo em 2024. Kogut fala que a possibilidade de transformar os valores de alíquota em aportes não é uma possibilidade disponível para todos os RPPS's, porque para desconsiderar os valores da despesa de pessoal, os valores teriam que ficar reservados e só poderiam ser utilizados pelo Fundo no ano de 2029. Marcos fala que considera o pagamento como forma de aporte uma boa opção para a Prefeitura. A Prefeita pergunta como fazer isso na prática. Marcos explica se será feito através de projeto de lei. Luciana pergunta se o projeto de lei traria o plano de custeio na forma como está apresentado ou o foco é no ano que será criada a lei. Amélia explica que abrange os trinta e cinco anos e explica que o plano de custeio sempre pode ser revisto anualmente e alterado, caso não alcance os resultados almejados. A Prefeita diz que quando for enviado à câmara o projeto de lei referente ao aporte, já poderia ser enviado junto o projeto

para a criação de uma gratificação viável para os servidores do FUNPRECAM. Amélia retoma o assunto referente ao recadastramento dos ativos, afirmando que a sugestão seria ser realizado na sede do FUNPRECAM. O cadastro dos servidores seria atualizado no sistema da Prefeitura e no sistema utilizado no FUNPRECAM. Foi montado um modelo de um decreto para isso. Marcos explica que foi concluído o processo de licitação para um novo sistema de recursos humanos e será dado início a migração dos dados. Existe um decreto autorizando a realização de um recadastramento dos ativos. Não foi realizado em 2023 devido a problemas no sistema da HMS. A previsão para conclusão da migração é entre 60 e 90 dias, por isso, é necessário aguardar a conclusão dessa etapa para a realização do recadastramento, que está programado para acontecer no segundo semestre e será realizado na Prefeitura. O mesmo reforça que após a conclusão dos estudos de impacto para o reajuste geral dos servidores, será dado início aos estudos para a gratificação do FUNPRECAM. Amélia agradece a presença de todos e fala que seria importante a participação da Prefeita em congressos previdenciários. Sem mais para o momento, eu, Elaine Cristina de Souza Ramos lavrei a presente ata e assino com os demais:

Elaine Cristina de Souza Ramos: 

Daniele da Silva Ferreira: 

Luciana Mendonça Dias de Oliveira: _____

Marcos Eduardo Bezerra de Lima: 

Maria Amélia Fonseca de Lira Gomes: 